

V Congresso Internacional de História
Novas Epistememes e Narrativas Contemporâneas (Campus UFG – Jataí)

A Literatura de Testemunho sobre a Shoah em Primo Levi¹

Nelci Bilhalva Pereira²

¹ Este artigo é parte integrante da pesquisa em nível de Mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Pereira Borges.

² Graduada em História pela Universidade Católica de Goiás (UCG), especialista em História Cultural pela Universidade Católica de Goiás (UCG); História do Brasil: Local, Regional e Nacional pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Cinema e Educação pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG). Mestranda na Pontifícia Universidade de Goiás (PUC Goiás) no Programa de Pós-Graduação em Letras.

Jataí – 2016

Introdução

No livro *Lembrar escrever esquecer*, Gagnebin (2006) se orienta inúmeras vezes nos rastros deixados pelo homem no decorrer dos tempos para poder remontar uma história. É trilhando os rastros que foram deixados pelos sobreviventes dos Lager – palavra que quer dizer “Campo” em alemão e que se institucionalizou como sinônimo dos terríveis campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial – que pretendemos seguir, através da história e dos testemunhos trazido pelo escritor judeu-italiano Primo Levi (sobrevivente do campo de Auschwitz) – para salientar os mecanismos pelos quais esse tipo de discurso reconta uma das maiores tragédias humanas de toda a história.

As obras de Levi têm como narrativa, a princípio, a sua experiência traumática como prisioneiro do Lager de Auschwitz (*É Isto Um Homem?*, redigido em 1947, pouco tempo depois da derrota do Terceiro Reich nazista) e sobre a trajetória de retorno à sua terra natal (Itália), após a sua libertação, que levou vários meses por grande parte do território russo até a chegada em solo italiano (*A Trégua*, publicado em 1962). Em *Os afogados e os sobreviventes*, escrita em 1986, mais de quarenta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, há uma reflexão sobre seu primeiro livro, em que se mostra inquieto com as discussões revisionistas e negacionistas de então, que colocavam em dúvida não só a veracidade dos depoimentos e das lembranças dolorosas dos sobreviventes do genocídio judeu, mas as próprias engrenagens de extermínio que vitimaram algo em torno de 6 milhões de pessoas na Europa.

Toda a narrativa de Primo Levi fala de fatos e absurdos que só foram possíveis dentro de uma política implementada pelo Estado Nazista, que se empenhou num feroz esforço antissemita, o que levou à construção de verdadeiras fábricas de morte, tendo o Lager de trabalho e de extermínio de Auschwitz, na Polônia ocupada, como sua principal referência. É relevante que contextualizemos historicamente o antissemitismo moderno fortalecido a partir do século XIX e que contribuiu para que se concretizasse com espantosa efetividade o objetivo de Hitler de varrer os judeus da face da Terra, considerando-os seres inferiores e parasitários que contaminavam a "pureza" da raça ariana.

O autor, o sobrevivente

Primo Levi nasceu em 31 de julho de 1919 em Turim (Itália) e morreu em 11 de abril de 1987, um ano após a conclusão do seu livro *Os afogados e os sobreviventes* (1990). Era químico de formação, mas foi com os relatos como prisioneiro de número 174517, em Auschwitz, que tornou sua literatura necessária para o conhecimento dos horrores nazistas. Em dezembro de 1943 foi capturado pelas milícias fascistas, quando tinha 24 anos, por participar da brigada de partigiani (resistentes armados contrários aos nazis-fascistas), filiada ao grupo Giustizia e Libertá, organização inspirada nos ideais liberais democráticos. Ao ser capturado, achou mais conveniente declarar-se na condição de cidadão italiano de raça judia ao invés de um rebelde partigiani.

Foi encaminhado ao Campo de Fóssoli, em Carpi (Módena). Ao chegar ao local em finais de janeiro de 1944, eram somente 150 italianos, mas em poucas semanas eles já somavam mais de 600. Partiu do campo de Fóssoli em 22 de fevereiro de 1944, num comboio de 650 judeus de ambos os sexos e de todas as idades, amontoados em vagões de carga, sem nenhum tipo de conforto. A viagem durou, exatamente, quatro dias e segundo seus relatos foi muito penosa, sobretudo por causa do frio, que era tão intenso, especialmente na madrugada. O trem chegou a Auschwitz em 26 de fevereiro. Era, para Levi, a entrada no inferno, do qual muitas vezes acreditou que não escaparia vivo, fato que creditava, posteriormente, a uma série de acasos que lhe foram benéficos. Suas impressões ao transpor o famigerado portal de Auschwitz, onde há a inscrição “O Trabalho Liberta”, a brutalidade dos guardas, a falta de roupas, de comida, a sede intolerável que sentia, tudo isso é detalhado pelo autor.

Ele, porém, não foi o único a suportar todos esses tormentos e, ainda assim, sobreviver para relatá-los. Outros prisioneiros dos nazistas também escaparam por pouco de mortes horrendas e decidiram testemunhar a inglória experiência pela qual passaram. A chegada ao campo de concentração revela outros relatos. Além das de Levi, há os de Elie Wiesel feitos no livro *A Noite* (2001), em que conta que foi feito prisioneiro aos quatorze anos e deportado, em 1944, para Auschwitz. Profundamente religioso, deparou-se com uma dura realidade, que era o campo nazista mais temido. Sua mãe e sua irmã foram encaminhadas imediatamente para as câmaras de gás. Juntamente com seu pai, ele conseguiu sobreviver.

Ruth Klüger, nascida em Viena (Áustria), de família judia, viveu, como ela mesma relata em *Paisagens da Memória* (2005), no “olho do furacão”. Em 1942, foi deportada

juntamente com sua mãe para o campo de Theresienstadt, antiga Tchecoslováquia. Era “o curral anexo do matadouro”, visto que este era um campo-gueto, que servia de propaganda dos alemães para o mundo civilizado, maquiando a realidade para esta finalidade. Depois de uma estadia, toda a sua população era encaminhada para o campo mais temido, Auschwitz-Birkenau. Ruth, com apenas doze anos, e sua mãe foram deportadas para o campo de extermínio em 1944 e depois encaminhadas para outros campos de trabalho.

Podemos perceber nestas narrativas testemunhais muitas semelhanças. Primeiramente todos foram sobreviventes de Auschwitz e deportados para este campo em 1944, visto que os alemães (fragilizados pela guerra) necessitavam de mão-de-obra. Trazem em seus corpos as marcas de identificação como “Häftling” (Prisioneiros). Primo Levi, identificado pela tatuagem número 174517; Eli Wiesel, número A7713; e Ruth Klüger, A3537. Todos tiveram a mesma surpresa ao ler na placa de entrada do campo de extermínio o lema “O Trabalho Liberta”. Os três viveram o mesmo pânico na chegada ao local, onde eram retirados aos gritos, na calada da noite, sendo chicoteados, os cachorros latindo e até mordendo alguns ainda mais desafortunados e as famílias separadas – “Homens à esquerda! Mulheres à direita!” – quatro palavras simples e breves ditas sem nenhuma emoção.

A força bruta das palavras gritadas com irritação, o sadismo que fazia guardas imporem toda sorte de torturas aos prisioneiros, a desorientação de não se saber onde está e nem quanto tempo se gastou para chegar até ali. Essa mistura infernal fazia dos prisioneiros judeus vítimas indefesas que, em sua maioria, conheceriam um fim trágico muito brevemente. Vários mencionam, como uma de suas lembranças mais difíceis daquele momento, o cheiro de Auschwitz: “O cheiro do anjo da morte” (Wiesel, 2001: 59). “O ar não era puro, cheirava como nenhuma outra coisa no mundo” (KLÜGER, 2005: 102). Além disso, a sede insuportável, pois não havia água potável e sim um líquido morno e adocicado que cheirava pântano, segundo Levi. Era proibido beber água, visto que estava contaminada e qualquer tentativa de ingeri-la significava a eliminação. Klüger destaca que ainda hoje sente arrepios quando vê caminhões de carga e não entende como o pão pode custar tão barato, pois sua mãe, quando estavam no campo, trocou um anel de brilhantes por um pedaço do alimento.

Ao apresentar a sua primeira obra *Se é isto um homem?*, Primo Levi revelou a sua sorte de ter sido deportado para Auschwitz somente em 1944, devido à enorme necessidade de

mão de obra do governo alemão e, por isso, a decisão de prolongar a vida dos prisioneiros, concedendo algumas melhorias nas condições de vida e a suspensão temporária de execuções individuais arbitrárias. No entanto, no decorrer da obra, percebemos quase uma ironia do autor, pois o desfecho traumático que ocorreria no Lager mais temido já se vislumbrava durante a viagem: “privações, as pancadas, o frio, a sede, que não nos deixaram afundar no vazio de um desespero sem fim, durante a viagem e depois. Não a vontade de viver, nem uma resignação consciente: pois são poucos os homens capazes disso, e nós mais não éramos que uma vulgar amostra de humanidade.” (LEVI, 2013: 15-16)

Desde a chegada a Auschwitz, Levi percebe a morte em todos os cantos. Os italianos que chegaram juntos com ele eram cada vez menos numerosos, deformados e macilentos. Havia uma confusão de línguas onde todos compartilhavam os mesmos sofrimentos, pois o Lager era uma perpétua Babel, em que todos gritavam ordens e ameaças em idiomas que nunca ouvimos antes. O autor relata um episódio em que o ex-sargento Steinlauf, que pertencera ao exército austro-húngaro, condecorado com a Cruz de Ferro na Primeira Guerra Mundial, tentou traduzir o que deveria ser feito, ou melhor, seria mais sábio a fazer:

O Lager é uma grande máquina para nos reduzir a animais, nós não devemos tornar-nos animais: que também neste lugar se pode sobreviver, e por isso é preciso sobreviver, para contar, para testemunhar, e que para viver é importante esforçarmos para salvar pelo menos o esqueleto, os pilares, a forma da nossa civilização. Que somos escravos, privados de qualquer direito. Expostos a qualquer injúria, condenados quase com certeza à morte, mas que uma faculdade nos restou, e temos de a defender com todo o vigor porque é a última: a faculdade de negar o nosso consentimento. Temos, portanto, sem dúvida de lavar a cara sem sabão, na água suja, e limpamo-nos ao casaco. Temos de engraxar os sapatos, não porque a tal obriga o regulamento, mas por dignidade e por propriedade. Temos de caminhar direitos, sem arrastar as socas, certamente não em homenagem à disciplina prussiana, mas para nos mantermos vivos, para não começarmos a morrer. (LEVI, 2013: 40)

O judeu-italiano Levi admite que durante o tempo em que esteve naquele mundo infernal, suas ideias estavam confusas. Seria mesmo necessário entender o sistema e se enquadrar nele, ou não seria mais salutar tomar consciência do fato de não termos um sistema? Estas indagações estão presentes em toda a sua obra, sobretudo em *Os afogados e os sobreviventes*, onde tenta examinar as recordações das experiências extremas, das ofensas sofridas ou infligidas, das condições desumanas a que foi submetido. Naquele quadro, era

difícil os prisioneiros adquirirem uma visão do conjunto do drama que viviam. Só depois do fim da guerra, que os horrores nazistas foram conhecidos em sua amplitude, que os homens e mulheres que sobreviveram contaram suas perdas, as violências sofridas e os abusos cometidos, a história da Segunda Guerra e do regime de Hitler ganhou contornos mais claros. Uma contribuição valiosa que a literatura de testemunho deu aos historiadores que procuram estudar aquele período sombrio e que tiveram em Primo Levi uma fonte qualificada.

A literatura de testemunho de Primo Levi

Os escritos autobiográficos abrem um grande campo de possibilidades para o historiador. Estes relatos são resultados de atividades de introspecção, ainda que sua autoria possa ser compartilhada com outras pessoas. Trata-se da *escrita de si*, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação a sua história e a tudo que o cerca, em geral, com narrações lineares e factuais. Os escritos autobiográficos sobre os indizíveis acontecimentos, que envolveram o holocausto judeu promovido pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial, repercutem em um gênero literário poderoso e há muito conhecido, o testemunho, que empresta força à narração.

O termo Shoah (devastação ou catástrofe em hebraico) foi elaborado por S. Felman e D. Laub como um “acontecimento sem testemunhas”. “A Shoah é um acontecimento sem testemunhas no duplo sentido, de que sobre ela é impossível testemunhar tanto a partir de dentro - pois não se pode testemunhar de dentro da morte, não há voz para a extinção da voz – quanto a partir de fora -, pois o *outsider* é excluído do acontecimento por definição.” (AGAMBEN, 2008: 44). A designação de *Shoah* tornou-se mais conhecida e até mesmo mais utilizada, em especial, na França, após o documentário de Claude Lanzmann que leva este nome, lançado em 1985. Shoah vem substituir outro bem mais conhecido mundialmente, o Holocausto. O termo Holocausto vem do grego *holókaustos* (um adjetivo que significa literalmente “todo queimado” e a “história semântica do termo é essencialmente cristã, utilizado sem muito rigor sobre a complexa doutrina sacrificial da Bíblia (especialmente nos livros do Levítico e os Números”). (AGAMBEN, 2008: 38).

Primo Levi considerava “holocausto” uma denominação infeliz, por acreditar que era filologicamente incorreto, apesar de admitir que seu emprego não gerava dúvidas sobre o que

se estava falando. “Trata-se de um termo que, quando nasceu, me deixou muito incomodado; posteriormente eu soube que foi o próprio Wiesel que o forjou, depois, porém, ele se arrependeu disso e teria querido retirá-lo” (AGAMBEN, 2008: 37). Aqui não nos cabe fazer um estudo semântico sobre os termos que designam o genocídio dos judeus pelos nazistas, porém optamos pela Shoah, principalmente pelo desconforto que causava ao autor aqui comentado sobre o uso do termo Holocausto.

Oportunidade também para que precisemos de outros dois termos-chave na presente discussão: testemunha e testemunho. Testemunha é a pessoa, no caso da Shoah, portadora da memória. Ser testemunha judia do nazismo significa, assim, ser também sobrevivente em relação a ele. Agamben, em *O que resta de Auschwitz* (2008), fala que, em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha (qualquer testemunha) significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro, entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho. Já o testemunho é a compilação de relatos, narrativas, documentos, registros referentes àquilo sobre o qual se fala.

O próprio ato de testemunhar traz também inúmeras indagações, efeitos sobre a testemunha e também sobre os ouvintes e os leitores. Há dificuldade da testemunha em relatar – principalmente quando as memórias são traumáticas – e por isso muitos sobreviventes preferiram não falar, ficar em silêncio ou se manifestaram muitos anos após sobre o transcorrido nos Lager. Levi relatou que alguns de seus amigos que lhe foram muito caros nunca falaram sobre Auschwitz e que outras pessoas, como ele, falavam disso sem parar. No documentário *Shoah – Vozes e Faces do Holocausto*, de Claude Lanzmann, que levou nove anos para ser produzido, muitos sobreviventes, ao fazerem seus relatos, surpreenderam suas famílias, pois estas desconheciam totalmente o vivido por seus patriarcas e matriarcas.

A dificuldade da narração e mesmo a incredulidade sobre o que ocorreu nos “campos de morte” eram previstas pelos próprios nazistas, que após as sucessivas derrotas militares tentaram apagar os rastros de sua ignomínia. Levi lembra a fala de um soldado SS (tropa nazista que vigiava os campos) aos prisioneiros, narrada por Simon Wiesenthal.

Seja qual for o fim da guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhes dará crédito [...]. Ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros e propaganda aliada e acreditarão em nós que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditamos a história dos Lager [campos de concentração]. (LEVI, 1990: 1)

A necessidade imperiosa de Levi de narrar tudo pelo que passou desde que foi libertado do Auschwitz, tudo o que sofreu naquele terrível Lager, fez-se presente durante toda a sua vida. Na sua literatura de testemunho, ele não se portava ou sequer se via como vítima, mas se empenhava em não deixar que a memória – a sua, pessoal e a coletiva – apagasse o evento. A sua preocupação era com a memória e que esta, ao falhar ou ser distorcida, resultasse no esquecimento: “pois a memória humana é um instrumento maravilhoso, mas falaz. [...] as recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando novas visões.” (LEVI, 1990: 9). Era, assim, uma necessidade premente narrar o acontecido.

Primo Levi afirma que quanto mais distante do tempo narrado, mais interpretações são elaboradas sobre os fatos. Seu maior temor é que essas abordagens flertassem com o negacionismo, com a tendência em suprimir boa parte daquelas atrocidades como se tivessem sido mera propaganda de guerra, falácias sem comprovação, acusações levianas. Em *Os afogados e os sobreviventes*, Primo Levi, incomodado com estas interpretações, comenta declarações feitas em 1978 por Louis Darquier de Pellepoix, o homem encarregado das questões judaicas do governo de Vichy (governo colaboracionista francês), instituído em 1942. Darquier foi responsável, pessoalmente, pela deportação de setenta mil judeus.

Darquier nega tudo: as fotografias das pilhas de cadáveres são montagens; as estatísticas dos milhões de mortos foram fabricadas pelos judeus, sempre ávidos de publicidade, de comisseração e de indenizações; talvez tenha havido deportações (ser-lhe-ia difícil contestá-las: sua assinatura está aposta em muitos ofícios que dispõem sobre as próprias deportações, inclusive de crianças), mas ele não sabia para onde nem com qual desfecho; em Auschwitz havia decerto câmaras de gás, mas só serviam para matar piolhos e, de resto (note-se a coerência!), foram construídas com objetivo de propaganda para o fim da guerra. Não pretendo justificar esse vil homem e estúpido, e me dói saber que viveu por longo tempo sem problemas na Espanha, mas me parece poder nele detectar o caso típico de quem, acostumado a mentir publicamente, termina por mentir também privadamente, inclusive a si mesmo, e por edificar uma verdade confortável que lhe permite viver em paz. Manter separadas a boa e a má fé é custoso: requer uma profunda sinceridade

consigo mesmo, exige um esforço contínuo, intelectual e moral. Como se pode pretender esse esforço por parte de homens como Darquier? (LEVI, 1990: 1)

Como lembrou Reinhart Kosseleck, a história é escrita pelos vencedores, mas apenas durante algum tempo, porque “os novos conhecimentos na área da história provêm, no longo prazo dos vencidos” (apud HARTOG, 2011: 239). Enquanto a história dos vencedores limita-se a se concentrar em somente um lado, a história dos vencidos tenta levar em consideração o que se passou nos dois lados. O problema está resolvido há muito tempo: do ponto de vista prático e epistemológico. A testemunha não é um historiador, e o historiador se ele pode ser, em caso de necessidade, uma testemunha, não deve assumir tal função. Assim, ser testemunha nunca foi condição suficiente, nem sequer atributo necessário para ser historiador.

Não tive intenção, nem seria capaz, de fazer uma obra de historiador, isto é, de examinar exaustivamente as fontes. Limitei-me quase exclusivamente aos Lager nacional-socialistas, porque só destes tive experiência direta: deles tive também experiência indireta, através dos livros lidos das narrativas ouvidas e dos encontros com os leitores de meus primeiros dois livros (...) o sistema concentracionário nazista permanece um *unicum*, em termos quantitativos e qualitativos. Em nenhum outro tempo e lugar se assistiu a um fenômeno tão imprevisto e tão complexo: jamais tantas vidas humanas foram eliminadas num tempo tão breve, e com uma lúcida combinação de engenho tecnológico, de fanatismo e de crueldade. (LEVI, 1990: 7)

Outro sobrevivente de Auschwitz, Wiesel, costumava afirmar que:

os eruditos e filósofos de todos os matizes que tiverem a oportunidade de observar a tragédia recuarão - se forem capazes de sinceridade e humildade - sem ousar penetrar no âmago do assunto; e, se não forem, a quem interessarão as suas conclusões grandiloquentes? Por definição, Auschwitz fica além do vocabulário. (apud CYTRYNOWICZ, 2003: 127).

Em suas indagações, ele levanta a impossibilidade de entender o que ocorreu consigo próprio, com sua família, com tantos à sua volta: “talvez algum dia alguém explique como, ao nível humano, Auschwitz foi possível; mas, ao nível de Deus, Auschwitz constituirá para sempre o mais desnorteante dos mistérios”. (apud CYTRYNOWICZ, 2003: 126). Cytrynowicz em seu ensaio *O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre a memória e história do Holocausto*, argumenta que as indagações de Wiesel podem ser entendidas como uma ruptura profunda entre os planos da memória individual, coletiva e a história, entendida como o ofício do historiador que busca conhecer e compreender. E que os sobreviventes, como Primo Levi, sentem

uma espécie de solidão insuportável, da qual jamais se está livre, mas que é ao mesmo tempo, o único registro seguro e confiável. A história jamais os ampara ou consola, não importa quantos livros sejam escritos ou centros de documentação organizados porque o compromisso da história pode romper a segurança afetiva da memória enquanto parte da identidade de uma pessoa ou grupo. (CYTRYNOWICZ, 2003: 127).

Levi, ao expressar a solidão insuportável da qual jamais se livrou após a experiência no Lager, remete-nos a um conceito de Gadamer (2015) sobre o surgimento da palavra “vivência”, que se tornou usual somente a partir dos anos 1870.

Vivenciar significa, de início, “ainda estar vivo, quando algo acontece” e que a partir daí a palavra “vivenciar” apresenta o tom da imediatez com que se apreende algo real [...] e o vivenciado é usado no sentido de designar o conteúdo permanente daquilo que é vivenciado. E esse conteúdo é como um rendimento ou resultado que ganha duração, peso e importância a partir da transitoriedade do vivenciar. (GADAMER, 2015: 105)

Algo se transforma em vivência não porque algo foi vivenciado, mas porque o seu ser-vivenciado teve um efeito especial e que se torna constante.

O que vale como vivência destaca-se tanto de outras vivências, nas quais se vivencia algo diferente, como do restante do decurso da vida, onde não se vivencia “nada”. O que vale como uma vivência não é mais algo que flui e se esvai na torrente da vida da consciência, mas é visto como unidade. [...] O que se pode chamar de vivência constitui-se na recordação.” [...] Vivência significa, pois algo inesquecível e insubstituível. (GADAMER, 2015: 112 -113)

Para Levi, escrever tornou-se uma necessidade de narrar tudo o que foi vivenciado em Auschwitz, pois aquela indelével experiência lhe trouxe marcas profundas, pois

a recordação de um trauma, sofrido ou infligido, é também traumática, porque evocá-la dói ou pelo menos perturba: quem foi ferido tende a cancelar a recordação, para não renovar a dor; quem feriu expulsa a recordação até as camadas profundas para dela se livrar, para se atenuar seu sentimento de culpa. (LEVI, 1990: 10)

As vivências duram longo tempo, pois elas estão ligadas pela reflexividade, pela interioridade mais profunda. Para Levi, o retorno a Turim foi o reencontro com os amigos, a recuperação do direito de ter sua cama ampla e limpa. Mas nos seus sonhos, ele é novamente deportado para o Lager, pois nada parecia ser verdadeiro fora do campo de concentração. Continuamente, ele retorna para seu pesadelo interno.

O sonho de paz terminou, e, no sonho externo, que prossegue gélido, ouço ressoar uma voz, bastante conhecida; uma única palavra, não imperiosa, aliás breve e obediente. É o comando do amanhecer em Auschwitz, uma palavra estrangeira. Temida e esperada: levantem, “Wstavach” (LEVI, 1990: 359).

Antissemitismo e o Estado Nazista

A literatura de testemunho de Primo Levi debate e até insere-se na temática do antissemitismo, um sentimento que foi trabalhado à exaustão por Hitler e sua propaganda e que é posto em discussão pelo escritor italiano, mais intensamente em *Os Afogados e Os Sobreviventes*. Afinal, compreender a Shoah e sua eclosão é também entender o ódio contra um povo que a alimentou. Segundo Hannah Arendt (1989), em seu livro *As origens do Totalitarismo – antissemitismo – imperialismo – totalitarismo*, a noção de que foram ininterruptamente contínuas as perseguições, expulsões e massacres dos judeus desde o fim do Império Romano até a Idade Média e, depois, sem parar, até o nosso tempo não é correta. Segundo a filósofa, a ideia de que o antissemitismo moderno nada mais é senão uma versão secularizada de populares superstições medievais não é menos preconceituosa que a noção antissemita de uma secreta sociedade judaica, que teria procurado dominar o mundo desde a Antiguidade até o tempo recente.

Arendt considera que, historicamente, o hiato entre os fins da Idade Média e a época moderna, com relação à questão judaica, é ainda mais marcante do que a brecha entre a Antiguidade romana e a Idade Média, ou o abismo que separou os massacres perpetrados nos primeiros séculos medievais. Esse hiato durou quase duzentos anos, do início do século XV até o fim do século XVI, quando as relações entre judeus e gentios estiveram mais frágeis do que nunca, quando a indiferença judaica às condições e eventos do mundo exterior foi mais profunda do que antes e o judaísmo se tornou um sistema fechado de pensamento. Foi por essa época que os judeus, sem qualquer interferência externa, começaram a pensar que “a diferença entre o povo judeu e as nações era, fundamentalmente não de credo, mas de natureza interior”, e que a antiga dicotomia entre judeus e gentios “provinha mais provavelmente de origem étnica do que de discordância doutrinária” (ARENDR, 1989: 18)

Essa mudança do caráter diferente do povo judeu com relação aos não judeus, presente muito mais tarde na Era do Esclarecimento, constituiu-se certamente na condição *sine qua*

non do nascimento do antissemitismo. É de certa forma importante observar que ela ocorreu primeiro no ato da autointerpretação judaica, surgida na época da fragmentação da cristandade europeia, em grupos étnicos, os quais depois alcançariam a autonomia política, formando o sistema de Estados- Nações. A história do antissemitismo, como a história de ódio aos judeus, segundo Arendt, é parte integrante da longa e intrincada história das relações que prevaleciam entre judeus e gentios desde o início da dispersão judaica. O interesse por essa história, praticamente nulo antes de meados do século XIX, surgiu coincidindo com a eclosão do antissemitismo, hostil aos judeus emancipados e assimilados.

Só nos séculos XIX e XX, depois da emancipação e em consequência da assimilação dos judeus, o antissemitismo veio a ter alguma importância para a preservação do judaísmo, pois só então os judeus passaram a aspirar a serem aceitos pela sociedade como um todo. Os acontecimentos políticos do século XX atiraram o povo judeu no centro do turbilhão de eventos cruciais. A questão judaica e o antissemitismo, fenômenos relativamente sem importância em termos de política mundial, transformaram-se em agente catalisador. O torniquete apertou de fato com a ascensão do movimento nazista e do estabelecimento da estrutura organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha de provar que não era judeu ou descendente de judeus. Em seguida, veio uma guerra mundial de ferocidade nunca vista que culminou com o genocídio, crime até então desconhecido em meio à civilização ocidental moderna, ainda que alguns governos colonizadores da Europa o tenham empregado, com dinâmicas e dimensões diferentes, em regiões das Américas, da África e da Ásia.

Mesmo sendo uma vítima preferencial desse sistema tão pérfido, Primo Levi convida, com sua literatura de testemunho – mas que também é de reflexão – ao desafio de compreender as motivações de tanta barbárie. Ele diz, em mais de uma oportunidade em seus livros, que busca denunciar, mas também entender seus algozes, os cúmplices mudos daquelas atrocidades, as sociedades que as permitiram. Compreender, de acordo com Hanna Arendt (1989), não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidade tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes, examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso –, como se tudo o que de fato aconteceu não pudesse ter acontecido de outra forma.

Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido.

O importante a ser enfatizado é que o moderno antissemitismo que se desenvolveu na Europa cresceu à medida que os Estados nacionais entravam em colapso, principalmente a partir do século XIX. Os judeus vinham perdendo a influência conjuntamente com a aristocracia e também as funções políticas, restando-lhes somente sua riqueza. Os judeus, ao começarem a perder o poder, foram se tornando pessoas *non gratas* perante a sociedade. Arendt faz um longo ensaio sobre o antissemitismo que contribui em muito para entendermos sobre suas origens na Europa e, particularmente, na Alemanha. No entanto, o que nos interessa neste artigo é entendermos que o antissemitismo alemão se revestiu com características racistas, expostas de forma pseudocientífica por historiadores e antropólogos que defendiam ideias como esta:

os seres humanos pertencem a diferentes grupos raciais, cada grupo possuindo uma aparência particular e uma fonte linguística comum. O racismo alemão nasceu do mito “ariano”, segundo o qual as línguas romanas, germânicas e eslavas podiam ser reduzidas a uma fonte ariana comum; o passo seguinte foi atribuir à raça ariana um tipo físico único, o do nórdico louro, de olhos azuis. (EBAN, 1973: 242)

Calcados em tais mentalidades, amplamente difundidas e assimiladas com oportunismo por correntes políticas, os alemães, devido uma pretensa pureza racial, davam-se o direito de reivindicar uma inerente superioridade sobre os judeus, que tinham uma estatura baixa, cabelos negros e olhos escuros. Muitos – e não só germânicos – contribuíram para a divulgação destas ideias racistas, como o Conde Joseph Gobineau, um diplomata francês que deduziu que “toda a civilização começou com a raça ariana, cujos representantes eram encontrados somente na Europa Central (...). Podemos explicar a decadência do povo alemão pelo fato de estar agora exposto sem defesa à penetração do judeu”, dizia o eminente compositor Richard Wagner (EBAN, 1973: 242-243).

Segundo Abba Eban (1973), a obra-prima do racismo alemão foi escrita por um inglês renegado, Houston Stewart Chamberlain, sob o título *Os Fundamentos do Século XIX*, em que ele reúne uma impressionante documentação sobre a raça ariana. Nela, até Jesus foi transformado num ariano. Os judeus, por sua vez, eram retratados como uma raça sem valor, cuja missão era contaminar a corrente racial alemã e “produzir um bando de mestiços pseudo-

hebreus, um povo sem a menor dúvida degenerado física, mental e moralmente”. (EBAN, 1973: 243). Na França, Edouard-Adolphe Drumont, um antissemita fervoroso, “revelou” uma conspiração internacional por parte dos judeus e maçons para destruir a cristandade e obter o controle do mundo. Drumont manifestou-se favorável em qualquer ocasião à perseguição aos judeus e, de acordo com as palavras de um de seus próprios discípulos: “Aquilo que Drumont proclamou, Hitler realizou”. (EBAN, 1973: 244). Isso deixou os judeus da Europa, perplexos. Tais opiniões, de início repetidas cautelosamente e refreadas por restrições morais e legais, tornar-se-iam o grito de guerra de todo um sistema social, e, no século XX, causariam a mais terrível erupção de ódio em toda a história humana.

Aqui e ali, se percebia os resquícios do antissemitismo do século XIX, porém não havia o pressentimento de uma tempestade violenta. No entanto, esta tempestade invadiu a Europa e arruinou a vida de uma geração, quando Adolph Hitler assumiu o poder na Alemanha, de 1933 a 1945. Nesse período de doze anos e quatro meses, o tema central de sua ideologia era a ausência de uma base comum para toda a humanidade ao declarar que toda cultura humana, todos os resultados da arte e ciência eram produto da raça ariana. Ele postulou ainda que o homem ariano, com todas as suas características – formato de crânio, cor de pele e variedade de sangue – era superior ao homem não-nórdico, que estaria mais próximo de animais do que de humanos. Suprimir e destruir o homem não-nórdico era, portanto, um destino elevado, a ser seguido com disciplina e sacrifício até o extremo fim. O homem não nórdico, leia-se judeu, deveria ser eliminado.

Para isso, uma série de leis foram aprovadas, excluindo toda e qualquer possibilidade dos judeus ganharem a vida na Alemanha. Em 1935, com a promulgação das Leis de Nuremberg, os judeus foram excluídos da área de cidadania, privados de sua condição de alemães e impedidos de manter qualquer contato físico com a chamada raça superior. De acordo com Abba Eban, ao fim de 1935, cerca de 8.000 judeus-alemães haviam cometido suicídio, 75.000 haviam emigrado e outros assediavam consulados estrangeiros a fim de conseguirem vistos de saída para qualquer lugar que lhes pudesse conceder asilo. Os outros países, porém, não haviam previsto situações como essa. Com isso, viram-se desamparados e perplexos com as medidas tomadas pelo Terceiro Reich, que não causavam uma comoção e desaprovação da sociedade alemã, e sim um estranho silêncio dos líderes mundiais.

Há certamente uma responsabilidade específica alemã em relação ao antissemitismo. Mas o genocídio foi realizado na quase total indiferença da opinião pública ocidental e dos governos aliados, ou melhor, graças a esta indiferença, pois as informações sobre o genocídio circulavam publicamente. É impressionante a lista de informações e artigos sobre a realização do genocídio, publicadas durante a Segunda Guerra Mundial em revistas e diários – entre eles a Newsweek e o New York Times. Houve até encontros de delegações judias com o presidente americano Roosevelt e com o primeiro-ministro britânico. Se o nazismo carrega a responsabilidade completa da monstruosa decisão de aniquilar as populações de origem judaica, os governos aliados e a opinião pública ocidental tornaram-se, no mínimo corresponsáveis. (LOMBARDI, 2003: 222)

E assim, a máquina nazista, principalmente após 1939, colocou em prática os planos de eliminação total dos “não-nórdicos”, tanto no território alemão como nos territórios ocupados, promovendo as deportações para os guetos e, posteriormente, aos campos de concentração e extermínio, como Chelmno, Belzec, Sobibor, Dachau, Theresienstadt, Treblinka e o devastador Auschwitz-Birkenau, quando, no auge das deportações, chegou a cifras abomináveis de levar para as câmaras de gás cerca de 6.000 pessoas por dia.

Em *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal* (1999), Hannah Arendt relata que a Solução Final da questão judaica deu-se durante a Conferência de

Wannsee em janeiro de 1942, sendo Adolf Eichmann, o criminoso nazista que fugira depois do fim da guerra e fora capturado na Argentina por forças especiais israelenses, responsável pela logística das deportações para os Lager. No julgamento de Eichmann, em 1962, transmitido para todo o mundo desde Jerusalém, este mostrou-se, ao invés de um carrasco nazista capaz de qualquer tipo de maldade, um burocrata franzino, um funcionário público cumpridor de ordens de temperamento obtuso e justificativas tacanhas. O caso de consciência de Eichmann de forma nenhuma difere de muitos generais que, ao estarem frente a frente dos juízes em Nuremberg, no famoso acerto de contas promovido logo depois da ruína do Terceiro Reich, não demonstraram nenhum arrependimento, caso de Alfred Jodl, um dos mais sanguinários oficiais de Hitler, condenado à forca. Ao ser questionado: “como é possível que todos vocês tenham continuado a servir um assassino com lealdade tão inquestionável?”, o general respondeu que “não era tarefa de um soldado agir como juiz de seu comandante supremo. Que a história se encarregue disso, ou Deus no céu” (ARENDR, 1999: 167).

O Tribunal de Nuremberg foi um tribunal militar internacional criado para julgar o alto escalão da Alemanha Nazista pelos seus crimes de guerra e contra a humanidade durante a Segunda Guerra Mundial. O julgamento durou 315 dias (novembro de 1945 a outubro de 1946). Arendt conclui que Eichmann

muito menos inteligente e sem nenhuma formação, percebeu pelo menos vagamente que não era uma ordem, mas a própria lei que os havia transformado a todos em criminosos (...) e que nem é preciso acrescentar que a parafernália legal resultante (...) serviu muito eficientemente para dar toda a coisa a sua aparência legal. (ARENDR, 1999: 167)

Considerações finais

A literatura de testemunho de Primo Levi, como a de tantos outros sobreviventes do genocídio judeu, vem contribuir para a compreensão deste momento histórico tão terrível que foi a dominação nazista e os seus famigerados campos de concentração e de extermínio. Uma atrocidade que atingiu não somente judeus como também ciganos, eslavos, homossexuais, testemunhas de Jeová, prisioneiros de guerra e até mesmo alemães, contrários ao Estado. A história dos Lager tentou ser apagada pelos alemães, quando estes perceberam que a derrota, com a perda de territórios tanto para os aliados quanto para os soviéticos, era eminente. No outono de 1944, os nazistas explodiram as câmaras de gás e os fornos crematórios de Auschwitz e centenas de milhares de corpos foram empilhados em fossas comuns. Houve deportações em massa de prisioneiros de um campo de concentração para outro.

Nos primeiros meses de 1945: os sobreviventes de Majdanek para Auschwitz, os de Auschwitz para Buchenwald e para Mathausen, os de Buchenwald para Bergen-Belsen, as mulheres de Ravensbrück para Scherin. Todos deviam ser subtraídos à libertação (...) não tinha importância que morressem no caminho, importava que não contassem.” (LEVI, 1990: 3)

Esse registro está nos livros de História, mas ele seria insípido se testemunhas do horror, pessoas que por motivos ocasionais, por lances de sorte conseguiram escapar vivas àquela loucura. Mesmo lacunares, mesmo desbotadas pelo tempo, mesmo traumatizadas – e Primo Levi reconhece todas essas contingências –, essas lembranças são fundamentais para a reconstrução de algo que tantos diziam ignorar e que outros insistem em negar.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras:1989.
- CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: Diálogo e rupturas entre memória. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio. **História, Memória, Literatura**. Campinas: Unicamp, 2003.
- EBAN, Abba. **A história do povo de Israel**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- KLÜGER, Ruth. **Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto**. São Paulo. Ed. 34, 2005.
- LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- _____. **É Isto Um Homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- _____. **A trégua**. São Paulo: Planeta De Agostini, 2004.
- LOMBARDI, Andrea. Onde está nosso Abel? In: SELIGMAN-SILVA, Márcio. **História, Memória, Literatura**. Campinas: Unicamp, 2003.
- SELIGMAN-SILVA, Márcio. **História, Memória, Literatura**. Campinas: Unicamp, 2003.
- WIESEL, Elie. **A noite**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.